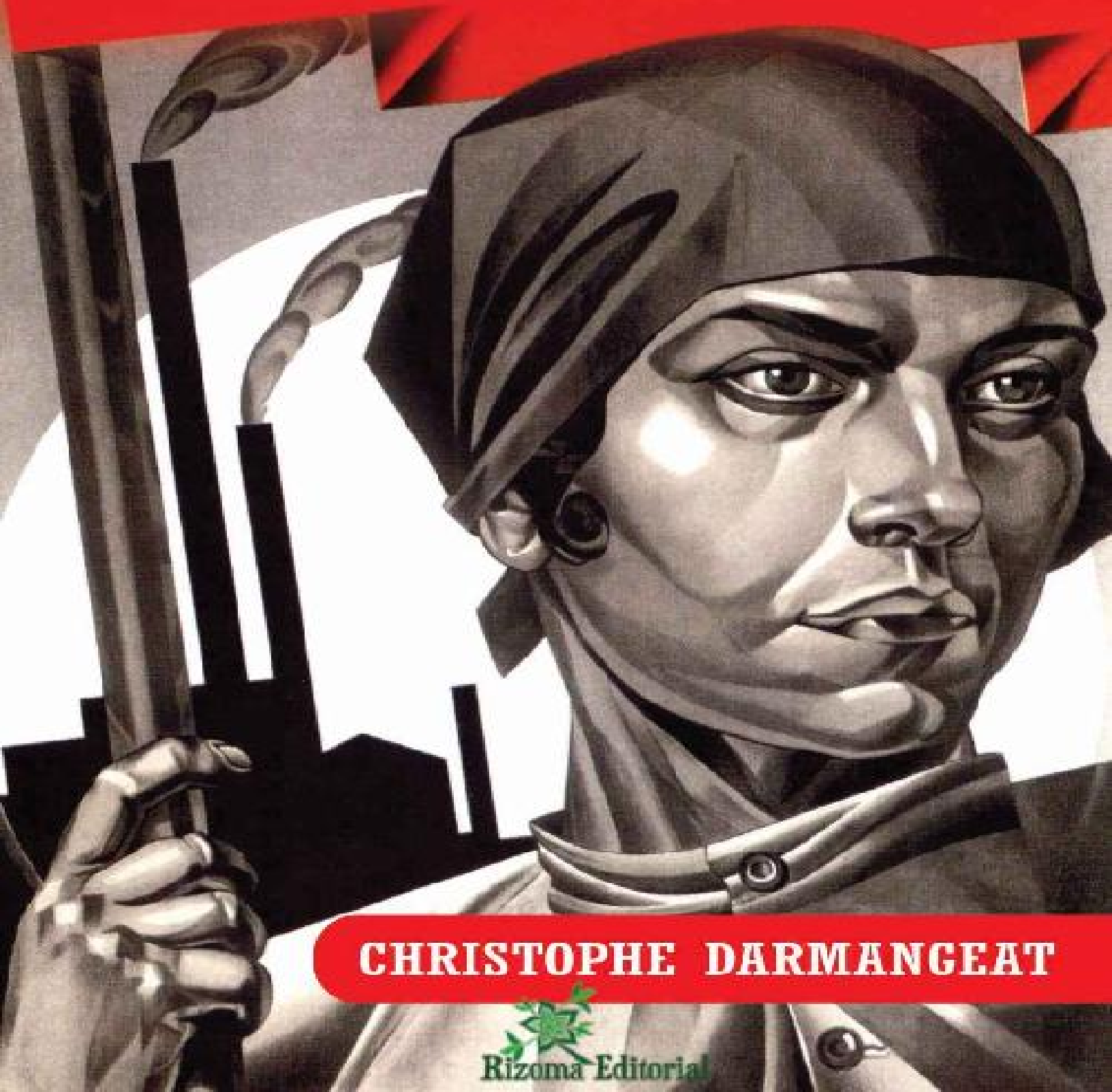
A OPRESSÃO DAS MULHERES

NO PASSADO E PRESENTE - PARA ACABAR NO FUTURO!

UMA PERSPECTIVA MARXISTA



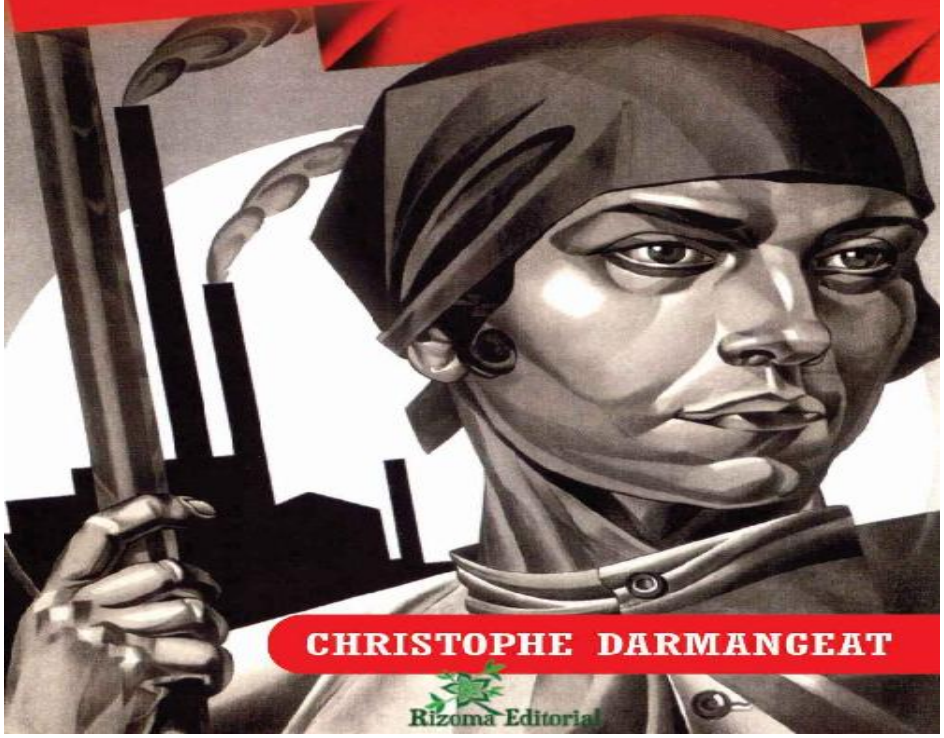
CHRISTOPHE DARMANGEAT

Rizoma Editorial

A OPRESSÃO DAS MULHERES

NO PASSADO E PRESENTE - PARA ACABAR NO FUTURO!

UMA PERSPECTIVA MARXISTA



CHRISTOPHE DARMANGEAT

Rizoma Editorial

CHRISTOPHE DARMANGEAT

A OPRESSÃO DAS MULHERES NO PASSADO E PRESENTE – PARA ACABAR NO FUTURO!
Uma Perspectiva Marxista

Tradução
Rodrigo Silva do Ó

Prefácio
Nildo Viana

Rizoma Editorial

Esta obra foi desenvolvida em plataforma Linux (Ubuntu), com os softwares livres LaTeX, Texmaker, Sigil e Calibre.

Diagramação e Revisão
Mauro José Cavalcanti

Capa
Diney Vasco
Angela Barbirato

Esta obra é publicada sob licença Creative Commons 3.0 (Atribuição-Uso não-Comercial-Compartilhamento)

FICHA CATALOGRÁFICA

Darmangeat, Christophe, 1965-
A opressão das mulheres no passado e presente – para acabar no futuro! Uma perspectiva marxista [recurso eletrônico] / Christophe Darmangeat; tradução Rodrigo Silva do Ó; prefácio Nildo Viana — Rio de Janeiro : Rizoma, 2017.

ISBN 978-85-93917-05-9 (versão impessa)

1. Antropologia 2. Capitalismo 3. Marxismo I. Título.

CDD 301
CDU 301

Rizoma Editorial
Caixa Postal 46521
20551-970, Rio de Janeiro, RJ
rizomaeditorial.com
rizomaeditorial@yahoo.com.br
2017

MARXISMO, ANTROPOLOGIA E SUBORDINAÇÃO DA MULHER

Nildo Viana

A questão da situação da mulher nas sociedades humanas sempre foi tema de discussão no marxismo. Uma parte considerável da produção marxista sobre a opressão da mulher sempre teve como fonte de discussão as informações oriundas da antropologia. No caso de Marx e Engels, houve a leitura dos primeiros antropólogos, como foram considerados Morgan e Bachofen, e, no caso dos marxistas posteriores, através das informações etnográficas e outras produções antropológicas posteriores. Christophe Darmangeat retoma e atualiza essa discussão reunindo novamente as contribuições marxistas e antropológicas para analisar a questão da mulher, desde as sociedades tribais até a sociedade capitalista. Trata-se de uma obra mais sintética, que se fundamenta numa discussão mais ampla[1], mas que aponta para uma percepção sintetizadora de um amplo debate que é fundamental ser retomado hoje, momento no qual a questão da mulher passa a ser compreendida de forma cada vez mais ideológica (no sentido marxista do termo, ou seja, sistema de pensamento ilusório). Aqui se revela a importância da presente obra, que reúne novamente uma perspectiva marxista a partir das contribuições antropológicas para discutir uma das questões fundamentais da sociedade moderna, a questão da mulher.

O nosso objetivo aqui não é resumir a obra e sim fazer algumas breves considerações, sob a forma de contribuição ao debate, tocando em três questões fundamentais, a nosso ver, que é a reflexão sobre a questão da mulher e a existência ou não da subordinação universal da mulher, a relação dessa questão com a antropologia e, por último, sua relação com o marxismo. Assim, vamos refletir sobre a presente obra através de uma reflexão sobre a realidade concreta e as produções intelectuais que pretendem expressar tal realidade. As considerações críticas aqui apresentadas em nada diminuem a importância e contribuição do presente texto, bem como as considerações elogiosas não retiram os aspectos criticados. Trata-se de uma contribuição importante para a discussão da

questão da mulher e das contribuições marxistas e antropológicas, fundamentais no momento atual, e que também assume importância pelo debate que inicia e proporciona, inclusive com seus desdobramentos.

Darmangeat tematiza a questão da "opressão de mulher", tanto no passado quanto no presente e a perspectiva do futuro, que seria sua abolição com a realização da transformação social radical e total no processo de constituição da sociedade comunista. Essa é uma temática importante e que ganha ainda mais importância com os últimos desdobramentos do pensamento feminista e a emergência da ideologia do gênero (VIANA, 2006a). O debate realizado por Darmangeat remete à discussão antropológica, muito forte nos anos 1970, sobre a tese da "subordinação universal da mulher" e que se relaciona com a discussão marxista anterior sobre a situação da mulher nas sociedades tribais e a ideia da existência de um matriarcado, bem com as respostas marxistas para essa tese de algumas antropólogas[2].

Darmangeat discute a questão da mulher utilizando alguns termos básicos: opressão da mulher, dominação masculina, igualdade de sexos, identidade de sexos. A questão da opressão da mulher aparece como inseparável do tema da dominação masculina. Para Marx e Engels, a opressão da mulher tem sua origem nas sociedades de classes, ou seja, na passagem das sociedades sem classes para as sociedades de classes. Com base em Morgan, Bachofen e outros, o que estes dois pensadores defendiam era a existência de uma situação de igualdade entre os sexos nas sociedades ditas "primitivas". Posteriormente, essa concepção foi questionada, tanto por autores influenciados pelo marxismo ou autodeclarados marxistas, quanto por antropólogos e antropólogas. O tema da "subordinação universal da mulher" emerge. Darmangeat faz uma síntese das posições e critica a ideia defendida por alguns autodeclarados "marxistas" sobre a existência de um matriarcado nas sociedades tribais. A sua posição, nesse caso, nos parece a mais adequada: não existiu nenhum matriarcado e Engels (1980), em sua obra, não estava se referindo a isso, ou seja, a um suposto "governo feminino".

Por outro lado, outro mérito de Darmangeat é refutar a ideia de que a "opressão da mulher" foi "universal", ou seja, estaria presente em todas as

sociedades humanas até hoje. Ele mostra informações etnográficas que contradizem essa tese em várias sociedades tribais. Até esse ponto concordamos totalmente com Darmangeat: não existiu matriarcado e a opressão da mulher não é um fenômeno universal. Porém, nós discordamos do autor quando ele passa a discutir a opressão da mulher nas sociedades tribais. Segundo Darmangeat, em algumas sociedades tribais existiu a opressão da mulher. Essa é uma questão complexa e que para ser desenvolvida mais adequadamente requer um esclarecimento conceitual. O que significa "opressão da mulher" (ou "das mulheres", como coloca Darmangeat)? O primeiro ponto que levantamos é, portanto, o conceito de opressão. Tratamos disso numa outra ocasião:

> *A opressão é uma relação social entre opressores e oprimidos*, *onde o opressor realiza a repressão do oprimido*. Em outras palavras, a opressão é uma relação social de *repressão*, onde o oprimido se vê impossibilitado de efetivar um conjunto de atividades. Desta forma, aqui se encontra uma repressão que é ao mesmo tempo uma *coerção*: o oprimido ao se ver impossibilitado de efetivar determinadas atividades devido a repressão passa a ser coagido a realizar outras atividades. A opressão não ocorre, porém, sem nenhum motivo. A opressão existe para manter a dominação de classe. É por isto que a opressão das mulheres (e não só das mulheres, como também das crianças e de outros segmentos sociais) surge com as sociedades classistas (VIANA, 2006, p. 16).

No entanto, na obra acima citada cometemos o erro de considerar que a questão da mulher é uma questão de opressão. Hoje, não podemos concordar com isso. Existe a opressão da mulher e, sem dúvida, esse é uma das questões da mulher e que precisa ser abolida. Porém, assim como existe opressão feminina, também existe opressão masculina. Se, por exemplo, uma mulher concreta, de carne e osso, é constrangida a reproduzir atividades domésticas e isso significa opressão, o mesmo ocorre com o marido dessa mulher que é proletário, pois ele é constrangido a vender sua força de trabalho em troca de um salário e assim se submete ao trabalho alienado. A mulher não pode desenvolver diversas potencialidades e exercer inúmeras outras atividades. Da mesma forma o homem. Então, tratar de opressão feminina, nesse sentido, significa tratar também de opressão masculina. A mulher é coagida ao trabalho doméstico e o homem ao trabalho alienado (no capitalismo sob a forma de trabalho assalariado), bem como ela tem suas relações sociais limitadas e é impedida de exercer diversas outras atividades, tal como ele. Nesse sentido, a opressão da

mulher não é a questão mais importante para a luta das mulheres e é inseparável da opressão do homem.

Outro elemento é considerar que a opressão é uma relação social entre opressores e oprimidos. Nos casos acima, vemos que existe opressão, mas quem é o opressor? O homem? Então ele oprime a mulher e a si mesmo? Mas isso não daria a entender que ele é o gerador disso, que, por algum motivo sem nenhuma base real, ele escolheria se oprimir e fazer isso também com a mulher? Nesse sentido, se não há opressores, então não há opressão. Em certos contextos sociais é que surge a relação entre opressores e oprimidos. Vamos retomar isso adiante.

Após esse esclarecimento, podemos retornar à discussão de Darmangeat. A questão da opressão da mulher nas sociedades tribais aponta para algo e isso precisa ser explicitado. Em primeiro lugar, as sociedades tribais promovem uma divisão natural do trabalho, que é baseada em sexo e idade, ou seja, de acordo com as condições físicas dos indivíduos. Essa divisão do trabalho é rudimentar, não constitui classes sociais e tem uma base biológica. Nesse caso, as mulheres se dedicam a determinadas atividades e os homens a outras atividades. Ambos – homens e mulheres – possuem atividades limitadas e, sendo assim, possuem uma situação semelhante ao caso das sociedades de classes. Seriam ambos oprimidos? A resposta, a nosso ver, é negativa, pois falta a figura do opressor. É nesse contexto e nesse universo conceitual que discordamos de Darmangeat. O que temos aqui é um processo de limitação: os indivíduos, nas sociedades tribais, apesar da divisão do trabalho ser rudimentar, estão limitados por suas atividades e relações sociais, derivadas, fundamentalmente, de sua dependência da natureza, um elemento externo à própria sociedade.

A opressão feminina, bem como a masculina, emerge com as sociedades de classes. As atividades limitadas dos escravos e escravas na sociedade escravista, de servos e servas na sociedade feudal, de proletários e proletárias na sociedade capitalista, é produto dos interesses da classe dominante. As mulheres da classe dominante possuem suas escravas, servas, trabalhadoras assalariadas e não estão submetidas a essa coerção às atividades domésticas, a não ser no processo de gerenciar e controlar as mulheres das classes submetidas ao trabalho doméstico. O que é um

equivalente ao que o marido faz no processo de trabalho produtivo com os indivíduos do sexo masculino. O processo de reprodução da opressão em outras classes sociais além daquelas que exercem o trabalho produtivo, que podem atingir as mulheres, não existiria sem essa relação básica que atinge as classes sociais fundamentais (a classe responsável pelo trabalho produtivo, produtora de bens materiais, e a classe exploradora, que se apropria dos bens materiais produzidos).

Nesse sentido, afirmamos, ao contrário de Darmangeat, que não existe opressão das mulheres nas sociedades tribais. A opressão é uma relação social e é preciso que existam os opressores e a necessidade de opressão (que é a reprodução da sociedade e da exploração). O que existe nas sociedades tribais é uma limitação, muito semelhante à opressão, pois ela impede o desenvolvimento de determinadas atividades e constrange a outras atividades. No entanto, não existem opressores e todos são submetidos à limitações. Nas sociedades de classes, existem aqueles que estão livres da repressão de atividades e alguns livres tanto dela quanto da coerção. O argumento para dizer que existe opressão nas sociedades tribais é tal limitação de atividades. No entanto, esquece-se que tal limitação atinge aos homens. A caça, como coloca Darmangeat, é uma atividade masculina, assim como a guerra. Essa limitação é melhor do que a limitação da coleta de frutos ou cuidar das crianças? Deixando de lado a guerra e a morte, ferimentos, etc., que lhe acompanha e cuja negatividade é por demais evidente, tomemos a caça como exemplo. Ela exige do homem um esforço e aguentar suas consequências (ferimentos, afastamento da coletividade, etc.). Ela promove uma limitação e essa promove a constituição de uma mentalidade, que, por sua vez, é reproduzida na coletividade. Isso ajuda a explicar certos comportamentos masculinos em sociedades tribais. A questão é que isso só é compreensível a partir da análise da totalidade das relações sociais, bem como da autoanálise dos usos conceituais, questão que retomaremos adiante quando formos tratar da antropologia.

Desta forma, consideramos que mesmo as informações apresentadas por estudos antropológicos e reproduzidas por Darmangeat, não comprovam a existência de opressão das mulheres nas sociedades tribais. Porém, não apenas no que se refere à divisão social do trabalho que Darmangeat retira informações para mostrar a opressão das mulheres nas sociedades tribais.

Um dos casos é os Inuits e a questão da sexualidade, pois segundo a narrativa apresentada por antropólogos, havia agressão sexual sobre as mulheres, ocorrendo, inclusive, "rapto" e "estupro". Isso seria expressão da dominação masculina. Esse é o termo que é utilizado para analisar tais comportamentos. Esse é outro termo que temos que trabalhar para avançar na compreensão das sociedades tribais. O conceito de dominação é pouco desenvolvido e poucos autores se dedicaram a trabalhar e, menos ainda, em definir tal termo. A dominação é uma relação entre dominantes e dominados na qual um indivíduo ou grupo exerce controle sobre outro indivíduo ou grupo, tendo o poder decisório (VIANA, 2015). Nesse sentido, a dominação pressupõe a aceitação pelo dominado do controle e decisão do dominante[3]. O rapto e estupro não têm consentimento ou aceitação. Logo, é possível falar em violência sexual, mas não em dominação masculina. Esse caso de violência sexual precisaria, no entanto, ser analisado mais profundamente, pois é preciso explicar diversos processos relacionados e envolvidos, inclusive para explicar a razão de sua ocorrência. Isso remete a uma outra questão: não é possível compreender as relações entre os sexos – tanto as permanentes quanto as esporádicas – sem uma compreensão mais ampla do conjunto das relações sociais. Esse é um elemento do método dialético e que retomaremos adiante.

Outro elemento que apontaria para uma dominação masculina no caso dos Inuits seria que "A jovem era submetida ao homem e às mulheres mais idosas até que tivesse filhos, e que pudesse, por sua vez, controlar as suas noras" (MITIARJUK apud DARMANGEAT, 2017). Aqui temos mais um motivo para questionar a "dominação masculina". O que havia era que as mulheres jovens estavam "submetidas" ao homem (no singular) e mulheres mais idosas. Oras, as mulheres mais idosas não são homens. E isolar a relação entre mulheres (jovens) e homens e daí retirar a ideia de "dominação masculina" é algo extremamente problemático. Isso nos remete para discutir o significado do termo "dominação masculina". Essa é uma concepção dicotômica e que opõe homens e mulheres, sendo os homens os dominantes e as mulheres as dominadas. Darmangeat não define o que entende por tal termo. No fundo, não há definição do significado da "dominação masculina", um termo usado abundantemente e nunca definido. A indefinição facilita o uso e abuso de um termo, pois não existe delimitação de qual fenômeno se trata realmente e por isso pode ser

aplicado a qualquer coisa que o utilizador desejar[4]. Se usarmos o conceito de dominação anteriormente apresentado, teríamos que dizer que dominação masculina é uma relação entre homens-dominantes e mulheres-dominadas na qual os homens como grupo exerce controle sobre as mulheres como grupo, tendo o poder decisório. Os relatos apresentados pelos antropólogos não mostram isso.

Darmangeat afirma que "outro etnólogo mostra o papel particular desempenhado pelas mulheres idosas, que serviam, de certa forma, como uma correia de transmissão da dominação masculina sobre as jovens" (DARMANGEAT, 2017, p. 36). Ora, a dominação masculina pode ser efetivada por mulheres? A ação das mulheres idosas foi transformada em apenas "correias de transmissão" da dominação masculina? Isso não seria uma forma de conceber que as mulheres são inferiores, pois mesmo quando possuem o poder de decisão, estão a serviço dos homens? Isso não é resultado do isolamento de relações entre homens e mulheres, ao invés de perceber a totalidade das relações sociais? O problema é que existe uma relação social concreta, na qual as mulheres possuem o poder de decisão, mas alguns interpretam que isso expressa dominação masculina. Ora, essa afirmação precisaria de muito mais informações para demonstrar que se trata de "correia de transmissão da dominação masculina". O raciocínio parece ser o de que as mulheres são sempre dominadas, mesmo quando elas dominam, pois aí elas fazem isso para os homens. Curiosa dominação masculina exercida pelas mulheres idosas! É preciso tomar cuidado na análise das sociedades tribais para que ela não realize uma projeção cultural de nossa sociedade em tais sociedades e nem atribua a elas os construtos de ideologias hegemônicas na contemporaneidade.

A nossa conclusão é a de que não existia opressão das mulheres nas sociedades tribais e nem dominação masculina. O uso desses termos mais confunde do que ajuda a explicar as relações sociais concretas. Antes de avançar, no entanto, nessa discussão, o que remete para analisar a relação disso com a antropologia e o marxismo, é preciso analisar outros dois termos trabalhados por Darmangeat: igualdade e identidade de sexo. Darmangeat questiona a ideia de igualdade de sexo, afirmando que o que as feministas sempre defenderam, independente da terminologia, foi a identidade de sexo.

> Já se sabe há muito tempo – Engels já o explicava de maneira límpida – que a "igualdade" jurídica (tão mal nomeada) não é igualdade real (também mal nomeada): ela é apenas a condição necessária. Assim, esta "igualdade" real será sinônima de uma completa identidade entre os sexos ou, para utilizar um vocabulário mais moderno, da desaparição dos gêneros: na sociedade, homens e mulheres terão não somente os mesmos direitos, mas sim ocuparão, nos fatos, um lugar idêntico. Os dois sexos efetuarão indiferentemente os mesmos tipos de estudos, os mesmos trabalhos e os mesmos tipos de tarefas não remuneradas. Não haverá mais focos de interesse, nem profissões nem lugares, nem atitudes "de homens" e "de mulheres". Eis porque alguns puderam dizer que o ideal moderno de igualdade entre os sexos é, de alguma forma, o de uma sociedade assexuada (DARMANGEAT, 2017, p. 45-46).

Essa é uma parte que merece discussão também. O tema da igualdade precisaria ser esclarecido, pois pode se entender por essa palavra diversas coisas, como, por exemplo, paridade, equidade, etc. A igualdade entre os sexos precisaria ser definida em que sentido. Pela interpretação de Darmangeat é um erro terminológico corrigido pela expressão "identidade de sexos" e isso é entendido como superação dos ethos sexuais ("gênero" ou "papeis sexuais", segundo terminologias ideológicas). Essa superação, no entanto, só poderia ocorrer numa sociedade autogerida, ou "comunista"[5]. Porém, se não resta dúvida de que em tal sociedade se abole a divisão social do trabalho e, por conseguinte, as diferenças profissionais, etc., isso não significa abolição total dos ethos sexuais masculino e feminino. Os ethos sexuais masculino e feminino serão abolidos em alguns aspectos (no que se refere ao trabalho, por exemplo), mas alguns elementos permanecerão, de forma amenizada, em certos aspectos comportamentais, oriundos da corporeidade masculina e feminina, da sexualidade, etc. Isso, no entanto, não tem nada a ver com "opressão", "dominação", etc. São apenas comportamentos diferenciados e diferença não significa opressão ou dominação. Assim, se um ethos sexual vincula um dos sexos com uma determinada cor (o feminino com o rosa e o masculino com o azul, por exemplo) isso não expressa nenhuma opressão ou dominação, é apenas uma diferença e uma socialização e cultura que sanciona essa diferença, o que, numa sociedade autogerida, não é imposto e sim reproduzido espontaneamente e não impede que indivíduos saiam do padrão, se assim o desejar.

A razão dessa discussão é apenas para destacar que a luta feminina, bem como a luta masculina, não é para uma uniformização dos sexos ou dos ethos sexuais, pois estes mudarão com a mutação do conjunto das relações sociais, diminuindo o distanciamento e a rigidez exagerados existentes na sociedade atual. A luta é para abolir a subordinação da mulher e das formas de opressão existente (tanto a feminina quanto a masculina).

As informações e análises antropológicas que servem para fundamentar a ideia de "opressão das mulheres" ou "dominação masculina" merecem uma análise crítica. Não poderemos realizar esse processo aqui, mas é preciso destacar essa necessidade, bem como realizar uma crítica teórica e metodológica. O problema das análises antropológicas sobre a questão da mulher nas sociedades tribais é fundamentalmente a projeção cultural na qual diz expressar a alteridade, mas expressa a si mesma (VIANA, 2007). Isso se manifesta na linguagem utilizada, nas interpretações e outros processos comuns na produção antropológica. Isso é reconhecido até por feministas:

> É difícil desenredar a visão intelectual, na antropologia feminista, das preocupações políticas e morais contemporâneas. Como disse Rosaldo, "enquanto críticas, nós, feministas, em parte ficamos, o que não é de admirar, vítimas das categorias fornecidas pela nossa sociedade". Pode bem ser que toda antropologia seja uma forma de compreender o eu e a sociedade através de um desvio da compreensão de outros eus em outras sociedades. Se é assim, então é importante reconhecer a dialética na qual estamos engajados quando estudamos os outros. Se o conhecimento dos outros está entrelaçado com o autoconhecimento, temos de compreender que a projeção desse conhecimento para toda a humanidade reproduz a forma de imperialismo dessa era (SANDAY, 1993, p. 81).

Assim, a contradição entre os estudos antropológicos a respeito de diversas questões, especialmente, no nosso caso, sobre a existência ou não de matriarcado, existência ou não de opressão da mulher, etc., mostra essa dificuldade. Se fosse fácil ou óbvio a percepção de relações entre os sexos (e várias outras), não haveria contradições. Embora as contradições interpretativas sejam produto muito mais dos problemas e contradições de nossa sociedade do que das sociedades tribais. Certos "marxistas", antropólogos/as, entre outros, defendem a tese do matriarcado. A posição política e os valores mostram uma unidade entre alguns indivíduos que defendem tais teses, o que é derivado da posição deles em nossa sociedade

e sobre nossa sociedade. O mesmo vale para aqueles que afirmam existir uma dominação masculina universal, especialmente algumas antropólogas/os feministas e alguns outros, que, por sua vez, manifestam valores e posição política distinta que também são derivados de nossa sociedade e sobre ela. O mesmo ocorre com as outras posições. A antropologia (e secundariamente a historiografia) são o palco fundamental dessa disputa, pois trazem "fatos"[6] que possivelmente trariam a resposta a estas questões[7].

Assim, as informações antropológicas não aparecem apenas como informações, aparecem como interpretações. Essas informações e interpretações que lhes acompanham são constituídas através dos observadores de nossa sociedade, com os valores, interesses, preocupações, de nossa sociedade, bem como usando concepções científicas, terminologia, métodos, de nossa sociedade. É por isso que as informações/interpretações antropológicas devem ser vistas com suspeição. E isso se torna ainda mais necessário quando as análises antropológicas isolam "fatos" ou relações, retirando-as da totalidade das relações sociais onde se manifestam e ganham sentido, para discutir algo através do isolamento, projetando preocupações, relações, termos, de nossa sociedade em outras sociedades.

É por isso que as análises antropológicas da questão da mulher nas sociedades tribais precisam ser analisadas com profundidade no sentido de buscar perceber e distinguir o que é projeção cultural e o que é real e expressão das relações sociais realmente existentes em tais sociedades. Assim, a citação abaixo mostra o perigo de não se realizar a suspeição da interpretação antropológica:

> Os homens e as mulheres (...) vivem em casas independentes, espalhadas pelos jardins, e os celibatários (...) muitas vezes moram separados dos homens casados. (...) Com exceção das crianças, nenhuma pessoa de um sexo entra na casa do sexo oposto. Os jardins huli são divididos igualmente em lotes masculinos e femininos, e a esposa surpreendida nas terras do seu marido será severamente espancada. Disso resulta que os homens e as mulheres recolhem separadamente as suas batatas doces e cozinham a sua comida cada um de seu lado, em sua própria casa. Os dois sexos só consomem alimentos cozidos no mesmo fogão na terra nas refeições comunitárias (GLASSE, apud DARMANGEAT, p. 47).

Aqui se revelaria uma “dominação masculina”? A única coisa da afirmação que aponta para algo relativo a isso seria “a esposa surpreendida nas terras do seu marido será severamente espancada”, pois o resto não mostra nenhuma relação que se possa chamar de opressão ou dominação. Que cada sexo tenha casas e jardins separados, mostra que, se há “segregação”, é de ambos os sexos. Sobre o espancamento, que seria uma violência física, seria necessário mais informações e entender sua motivação, além da transgressão territorial, bem como saber o que acontece quando o homem faz isso[8].

Por fim, resta abordar a relação entre marxismo e análise das mulheres nas sociedades tribais. O que se produziu nesse sentido foram as anotações de Marx sobre as chamadas “sociedades primitivas”, o livro de Engels sobre a “origem da família” e alguns antropólogos e antropólogas influenciados pelo marxismo, como destaque para Eleanor Leacock, bem como a obra de Darmangeat. No entanto, o nosso objetivo não é discutir o que se produziu e sim uma reflexão a respeito da análise marxista dessa questão. A análise marxista da situação da mulher nas sociedades tribais se inicia (ou deveria iniciar) pela suspeição e análise crítica da produção antropológica a esse respeito, o que não significa descartar e simplesmente recusar tal produção. O pressuposto da análise marxista é a crítica dessa produção antropológica.

Além da crítica da produção antropológica e do uso do que é informação e interpretação adequada, há a especificidade da análise marxista das sociedades tribais, que tem como fundamento o método dialético e o materialismo histórico. O método dialético é um antídoto às projeções culturais, pois reconhece as especificidades das sociedades tribais e não isola fenômenos para confirmar interpretações ideológicas. A categoria de totalidade assume um significado fundamental. A concepção materialista da história aponta para a percepção do conjunto das relações sociais e de que as representações dos indivíduos nas sociedades tribais devem ser analisadas como produtos sociais e históricos e não como relatos verdadeiros, pois é a análise das relações sociais concretas que pode explicar as formas de consciência e se as representações são verdadeiras ou falsas[9]. Da mesma forma, tem outro pressuposto que é a autoanálise, no sentido de evitar aquilo que observa na antropologia. Contudo, como o marxismo expressa a perspectiva do proletariado e da transformação radical

e total das relações sociais, então não tem necessidade de deformar a realidade. Obviamente que, nos indivíduos marxistas concretos, a análise vai ter diferenciações, seja por formação, domínio do método e da teoria, idiossincrasias, etc. O fundamental é perceber que o marxismo oferece as ferramentas que são indispensáveis para a compreensão das sociedades tribais e para as relações entre os sexos em tais sociedades.

O que nos interessa é abordar não apenas a situação da mulher nas sociedades tribais, mas também analisar a mutação dessa situação com as mudanças sociais, bem como avançar num léxico marxista, antagônico ao léxico dominante, para entender tal situação. O grande problema da mulher nas sociedades de classes é a subordinação. A subordinação significa a existem de subordens no interior de uma relação, gerando uma hierarquia e uma relação de sujeição entre os indivíduos (ou grupos) que se relacionam. A opressão da mulher só é um problema mais importante do que a da opressão do homem pelo motivo de que ela é acompanhada da subordinação, o que a transforma em algo diferente quantitativa e qualitativamente.

No que se refere às sociedades tribais, não há subordinação, nem opressão. Da mesma forma, não há dominação. Claro que existem problemas relacionais em algumas sociedades, especialmente aquelas mais desenvolvidas no sentido de se aproximar das sociedades de classes, bem como podem existir diferenças entre algumas sociedades tribais por questões ambientais, processos históricos específicos, etc., e isso pode alterar as relações entre homens e mulheres, que não pode ser isoladas das demais relações sociais. Assim, quando se diz que numa determinada sociedade “Uma mulher poderia apanhar por ter irritado o seu marido de muitas formas, por exemplo, não fazendo a comida quando ele quisesse ou colocando sal demais (um gênero alimentício recentemente adquirido pelo comércio) no seu prato” (DOLE apud DARMANGEAT, 2017, p. 42), é preciso perceber que já não é uma sociedade autodeterminada, pois o “sal” e o “comércio” já mostram produtos e relações sociais que interferem no conjunto dessa sociedade e, por conseguinte, nas relações entre mulheres e homens[10].

Darmangeat avança na interpretação ao evitar simplificações como a defesa de existência de matriarcado, embora nem mesmo a esse respeito se pode ter uma posição definitiva (seria necessário um conjunto de informações para tal, além de que é possível considerar que ela poderia ter existido num estágio inicial das sociedades tribais, tese que não defendemos, mas que é possível ser defendida, o que ocorre efetivamente), bem como mostra as diferenças em distintas sociedades. Umas seriam mais "igualitárias", outras menos. Darmangeat vai além das concepções demasiadas rígidas e que não percebem as dificuldades analíticas dessa rigidez analítica.

Outro mérito de Darmangeat é a relação da questão da mulher com o capitalismo e com o comunismo. Na sociedade capitalista, não há dúvida alguma sobre a existência da opressão e subordinação da mulher, que passou por graus e formas distintas, mas que continua existindo. Da mesma forma, os avanços conquistados em determinado momento podem ser perdidos e o retrocesso pode ocorrer. Além disso, os avanços ocorrem dentro de uma sociedade marcada por uma sociabilidade fundada na competição, burocratização e mercantilização, o que significa que a opressão (de homens e mulheres) é elevada e que a subordinação da mulher não pode ser superada nesse contexto, a não ser no caso de algumas mulheres, mas não a totalidade delas[11]. O exemplo do aborto apresentado por Darmangeat é esclarecedor nesse sentido. O direito de aborto conquistado na França ocorre na sociedade capitalista e o recuo das políticas estatais torna difícil sua efetivação em hospitais estatais, sendo que apenas para as mulheres das classes privilegiadas, que podem pagar hospitais privados, poderia se concretizar.

Darmangeat mostra o vínculo entre transformação social radical e total e libertação da mulher. Sem dúvida, essa é uma questão fundamental e que muitos evitam ou esquecem. Isso é realizado ao se esquecer das classes sociais, suas lutas, a divisão de classes no interior do grupo social das mulheres e as limitações insuperáveis da sociedade capitalista. Nesse sentido, essa obra ajuda a esclarecer diversas questões e permite a retomada de diversos debates, bem como recolocar a questão da mulher na sociedade contemporânea e a perspectiva de emancipação feminina.

O fim da subordinação da mulher, de forma total, pressupõe o fim da opressão masculina e feminina, a abolição da divisão social do trabalho, o que só pode ocorrer numa sociedade autogerida. Obviamente que a constituição dessa nova sociedade pressupõe a luta concreta de homens e mulheres, e a superação das ideologias e doutrinas maniqueístas que os separam para melhor reproduzir a dominação e a opressão de ambos, junto com a subordinação da mulher. Uma transformação radical – que vai até as raízes – e total – mudando o conjunto – das relações sociais é condição para a libertação da mulher e essa é uma luta de todos os seres humanos que buscam a libertação de todos os seres humanos.

Referências

ANDERSON, Stella. Machismo ou Sexismo? Disponível em: http://coletivooitodemarco.blogspot.com.br/2016/03/machismo-ou-sexismo.html Acessado em: 07/07/2017.

D'EAUBONNE, Françoise. *As Mulheres antes do Patriarcado*. Lisboa: Vega, 1977.

DARMANGEAT, Christophe. *A Opressão das Mulheres, no Passado e Presente – Para Acabar no Futuro! Uma Perspectiva Marxista*. Rio de Janeiro: Rizoma, 2017.

ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Lisboa: Presença, 1980.

LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe*. Rio de Janeiro: Elfo, 1989.

PADILHA, José. *Os Segredos da Tribo. [Documentário]*. Brasil, 2013.

SANDAY, Peggy Reeves. A Reprodução do Patriarcado na Antropologia Feminista. In: GERGEN, Mary (org.). *O Pensamento Feminista e a Estrutura do Conhecimento*. Brasília: Edunb, 1993.

VIANA, Nildo. A Origem da Dominação. *Revista Possibilidades*, Goiânia, v. 04, 26 ago. 2004. Disponível em: http://informecritica.blogspot.com.br/2011/02/origem-da-dominacao.html

VIANA, Nildo. *A Consciência da História. Ensaios sobre o Materialismo Histórico-Dialético* 2ª edição, Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.

VIANA, Nildo. Burocracia: Forma Organizacional e Classe Social. *Revista Marxismo e Autogestão*. Ano 02, num. 03, jan./jun. 2015. Disponível em: http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/9jviana3/297 Acessado em: 31/13/2015c.

VIANA, Nildo. Método Dialético e Questão da Mulher. In: VIANA, Nildo (org.). *A Questão da Mulher. Opressão, Trabalho e Violência*. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2006.

VIANA, Nildo. Gênero e Ideologia. In: VIANA, Nildo (org.). *A Questão da Mulher. Opressão, Trabalho e Violência*. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2006.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Vol. 1. Brasília, Edunb, 2004.

INTRODUÇÃO

Se interessar pelas relações entre os sexos na pré-história e nas sociedades primitivas, que ideia! Como um dia me falou um amigo, ao ouvir sobre o tema do meu livro: "*É, tem gente que tem tempo pra isso!*" Mesmo assim, se à primeira vista esse tema pode parecer muito afastado dos problemas atuais, e reservado apenas a um pequeno círculo de especialistas, o seu interesse ultrapassa, e muito, o simples prazer do conhecimento pelo conhecimento. A opressão das mulheres continua, de fato, representando um dos traços marcantes da nossa época – mesmo que muitas sociedades do passado não tenham nada a invejar, desse ponto de vista. Para todas e todos que queiram lutar para que essa opressão desapareça, é crucial identificar as suas raízes e seus mecanismos, porque é somente compreendendo um fenômeno que podemos combatê-lo eficazmente. Esta era já a convicção dos fundadores da corrente socialista, na época em que esse nome ainda significava a derrubada completa do capitalismo e a instauração de uma sociedade igualitária. Um século e meio depois, os que não desistiram de transformar o mundo não têm nenhum motivo para mudar esta atitude saudável.

O MARXISMO, A ANTROPOLOGIA E O FEMINISMO

Para muitos militantes que, no século XIX, reivindicavam o projeto socialista, e particularmente para os da corrente marxista, a questão feminina era de extrema importância. Para Marx e Engels, as mulheres das classes populares tinham um interesse particular na derrubada do capitalismo, o de pôr um fim à dupla opressão de que elas eram vítimas, tanto como mulheres, quanto como proletárias. Sobre essa questão, eles se enfrentariam, algumas vezes duramente, contra outras correntes socialistas, por exemplo, os proudhonianos, que achavam que lugar de mulher era em casa, e que um dos crimes do capitalismo era destruir a família tradicional.

Morgan e a sociedade arcaica

Então, não causa surpresa que Marx e Engels tenham se entusiasmado com a leitura dos trabalhos do antropólogo Lewis Morgan, cuja obra maior, *A Sociedade Arcaica*, foi publicada em 1877. Morgan foi um jurista americano perfeitamente contemporâneo de Marx – nasceu no mesmo ano que ele. Ele se consagrou ao estudo dos índios iroqueses, uma confederação de tribos que vivia no nordeste dos Estados Unidos. Mas Morgan não parou por aí. Sobre a base de uma pesquisa imensa, que sintetizava descobertas recolhidas em todo o globo, ele tentou reconstruir as etapas da evolução das sociedades humanas, no plano material, mas também e, sobretudo, no da organização social. Os trabalhos de Morgan, aos olhos de Marx e Engels, apresentavam, portanto, um interesse considerável. Eles lançavam, de uma só vez, luz sobre milênios de evolução social que precederam a história escrita, e sobre os quais, na época, não se sabia praticamente nada. Eles permitiam verificar que o método que eles mesmos haviam criado para compreender as sociedades humanas se aplicava tão bem às épocas recuadas quanto aos tempos modernos. Este método, o materialismo histórico, consistia em pesquisar as causas mais profundas da evolução das sociedades não nas ideias ou na mentalidade dos homens, fenômenos que, eles mesmos, deveriam ser explicados, e sim nas suas condições materiais de existência.

Morgan mostrava que muitas instituições, consideradas na sua época como "naturais", ou seja, universais e imutáveis, eram, na verdade, frutos de uma evolução histórica. Isto era particularmente o caso das formas familiares, que ele considerava que estavam ligadas às palavras de que os diferentes povos se utilizavam para designar os seus parentes; uma parte importante das suas pesquisas consistia precisamente em classificar e compreender essas designações. Também era o caso da situação das mulheres, que os iroqueses mostravam que poderia ser muito diferente do que se imaginava, em geral, na época.

Um matriarcado primitivo?

Até a metade do século XIX, na verdade, se pensava geralmente que as mulheres eram tanto mais oprimidas quanto mais se voltava ao passado distante. Os gregos da Antiguidade as tratavam como menores durante a vida inteira. Os judeus do Antigo Testamento não manifestaram uma opinião mais elevada. Era pressuposto então, naturalmente, que o homem dito "das cavernas" levava a sua esposa ao leito conjugal puxando-a pelos cabelos, depois de lhe haver dado um belo golpe de clava.

É claro, já se sabia que, em alguns povos distantes, as coisas eram muito diferentes. No começo do século XVIII, o jesuíta Lafitau (1681-1746) já tinha descrito a sociedade iroquesa, que ele conhecia bem, por haver vivido nela durante muitos anos, como uma "ginecocracia", um "império das mulheres". Lafitau afirmava inclusive que os iroqueses eram aparentados diretamente a certos povos bárbaros da alta antiguidade, como os lícios do sul da atual Turquia, sobre os quais vários autores gregos relataram o papel de primeiro plano que as suas mulheres desempenhavam. Mas, durante mais de um século, as teorias de Lafitau, muito conjecturais, tiveram somente pouca influência.

As coisas mudaram com a publicação, em 1861, do *Direito Materno*, obra do jurista suíço Jakob Bachofen, que teve uma difusão considerável. Bachofen retomava a ideia de que os iroqueses eram a imagem viva do passado distante dos gregos. Assim como os iroqueses, vários povos bárbaros, dos quais os gregos vieram, reconheciam unicamente a filiação em linha feminina. Tendo um papel crucial como mães, as mulheres estavam numa posição que não tinha nada de inferior ou aviltante. Ao contrário, elas eram

muito consideradas, tanto na sociedade como no panteão: Bachofen acreditava na existência de uma religião antiga e universal da Deusa Mãe. Segundo ele, esta proeminência das mulheres tinha culminado sob a forma de "amazonato", ou seja, o domínio armado sobre os homens. Depois, eles conseguiram reverter os papeis e impor o patriarcado, do qual as sociedades ocidentais nunca saíram. Além das narrativas dos autores gregos, Bachofen mobilizava em seu apoio traços arqueológicos (inscrições tumulares) e principalmente a análise dos mitos, nos quais ele acreditava haver necessariamente uma parcela de verdade histórica.

Na sua análise sobre a situação das mulheres, Morgan se apoiou diretamente em Bachofen, do qual ele generalizava as conclusões para o conjunto das sociedades do planeta. Assim, segundo o esquema evolucionista que ele propunha, cada povo tinha passado, no início, por um estágio em que a sociedade era organizada em grupos de parentesco, aos quais o pertencimento se transmitiria exclusivamente pelas mulheres – o que chamamos, modernamente, de matrilinearidade. Inicialmente, portanto, as mulheres tinham gozado de uma situação realmente invejável. Foi somente na Idade dos Metais que a evolução econômica modificou a correlação de forças a favor dos homens, criando a subordinação das mulheres, em todas as sociedades em que existem classes sociais e Estado. Para Morgan, a dominação masculina, portanto, era um fenômeno relativamente recente na evolução social. Desconhecida durante toda a "Selvageria" (que nós chamaríamos hoje de Paleolítico) e nos primeiros estágios da "Barbárie" (o Neolítico), ela teria aparecido somente no final desta, na aurora da "Civilização". As razões desse deslocamento eram devidas ao desenvolvimento das riquezas, essencialmente os rebanhos e os escravos, que eram acumulados por mãos masculinas. Os homens, desejando transmitir os seus bens aos seus filhos (e não, como no regime matrilinear, aos sobrinhos), teriam revertido a matrilinearidade e instaurado a patrilinearidade, a filiação pelos homens. E, para terem certeza de sua paternidade, eles teriam privado as mulheres da sua liberdade anterior, notadamente no plano sexual.

Períodos da pré-história e situação das mulheres (Morgan – Engels)

Selvageria Paleolítico		**Barbárie** Neolítico			**Civilização** período histórico
Médio Fogo, Pesca	**Superior** Arco	**Inferior** Agricultura	**Médio** Irrigação, Criação	**Superior** Ferro	Escrita, Cidades, Estado
Australianos	Atapascanos	Iroqueses	Pueblos	Germânicos	
Matrilinearidade ("direito materno") Lugar "proeminente" das mulheres					
			Patrilinearidade - Patriarcado rota histórica do poder sobre o sexo feminino.		

Engels não tinha nenhum motivo para duvidar deste cenário, e o retomou à sua maneira, na obra que criou em 1884, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. No começo, era o próprio Marx que desejava apresentar as descobertas de Morgan ao público operário e socialista, e que juntou numerosas notas com este fim. Mas a morte o impediu, e a tarefa recaiu sobre os ombros de Engels. Apesar de subscrever muitas teses de Morgan, Engels mostrou, apesar disso, certa prudência em relação às afirmações mais radicais de Bachofen; por exemplo, o termo "matriarcado" não é usado nenhuma vez no corpo do texto. Ele só aparece uma vez, num prefácio redigido muitos anos mais tarde, sendo simplesmente atribuído a Bachofen.

Sobre a situação das mulheres, ao que Morgan afirmava sobre o passado, Engels juntava o pensamento elaborado pelos socialistas, tanto sobre o presente como sobre as condições e as vias da emancipação. Engels insistia em particular sobre o fato de que esta passava pelo acesso das mulheres à produção social, ou seja, pela sua independência econômica em relação aos homens. A libertação futura das mulheres, portanto, faria eco, como num

espelho invertido, aos mecanismos que haviam levado à sua subordinação, alguns milênios atrás.

Seguindo Morgan, Engels escreveu frases como

"*Entre todos os selvagens e todos os bárbaros do estágio inferior ao estágio médio, e mesmo em parte do que estão no estágio superior, a mulher está numa situação não somente livre, mas também altamente respeitada*", ou "*a subordinação de um sexo ao outro, (...) [o] conflito entre os sexos [é] desconhecido (...) durante toda a pré-história*".

Eram afirmações baseadas nos conhecimentos etnográficos da época, que eram muito parciais.

Novas Descobertas, Novas Polêmicas

As décadas que se seguiram foram de um estranho paradoxo.

À medida que os conhecimentos etnográficos se acumulavam, dúvidas cada vez maiores surgiram sobre o pensamento de Morgan. Desde o fim do século XIX, e mais ainda depois, muitas das generalizações que ele tinha feito se revelaram prematuras. Mas, enquanto as teorias de Morgan eram cada vez mais criticadas no mundo acadêmico, elas eram cada vez mais defendidas, às vezes cada vírgula delas, por militantes que reivindicavam o marxismo.

É claro que os dois fenômenos não eram estranhos um ao outro. Pelo contrário, eles se alimentavam mutuamente. De certa forma, desde a sua publicação, as ideias de Morgan tinham sido anexadas pelo marxismo. Criticar Morgan, assim, era um meio excelente, para os antropólogos com opiniões conservadoras sobre a sociedade de hoje (que não eram poucos), de atingir por tabela a corrente marxista.

Dentro desta, continuou a reinar, durante alguns anos, uma atmosfera de livre discussão. Então, algumas das teses de Morgan e, portanto, de Engels, foram rapidamente postas em causa pelo desenvolvimento do conhecimento etnológico. A dirigente bolchevique Alexandra Kollontai, por exemplo, utilizou essas descobertas no começo dos anos 1920, nas suas *Conferências sobre a libertação da mulher* (KOLLONTAI, 1978). Mas o debate foi rapidamente esterilizado pelo stalinismo. Criticar Morgan era criticar

Engels; e se era permitido criticar livremente Engels, por que não Stálin e seu regime? Assim, os privilegiados que usurparam o poder na Rússia fizeram com os escritos dos fundadores do marxismo o mesmo que fizeram com os restos mortais de Lênin: os mumificaram, preservando escrupulosamente a aparência, para melhor trair o seu espírito.

O novo interesse que surgiu pelas questões feministas e, em menor medida, pelas ideias marxistas, nos anos 1970, provocou discussões ardentes sobre a pré-história, a existência de um matriarcado primitivo e a origem da opressão das mulheres. Dois grandes campos se enfrentaram. De um lado, estavam os que insistiam em que todas as sociedades, sem exceção, conheceram, de uma forma ou de outra, a dominação masculina. A conclusão explícita era de que a opressão das mulheres não se reduzia à questão das classes sociais e da exploração. Consequentemente, ao contrário do que a corrente marxista afirmava tradicionalmente, a revolução social futura não resolveria automaticamente a questão feminina. Contra essa posição estavam os que mantinham, de uma forma ou de outra, que tinha havido um matriarcado primitivo (dando, às vezes, a esse termo, sentidos muito diferentes) e que negavam que a dominação masculina tenha podido aparecer em sociedades anteriores à Idade dos Metais. Essa corrente incluía, mas não somente, defensores de posições marxistas tradicionais, herdadas de Morgan, na linha de frente dos quais estava a antropóloga americana Eleanor Leacock.

Mesmo retomando os termos de um debate do século XIX, essa discussão fazia intervirem vários elementos novos. O século que tinha se desenrolado tinha, de fato, enriquecido o material a partir do qual se poderia raciocinar sobre a história (e a pré-história) das relações entre os sexos.

Os que continuaram a defender a existência de um matriarcado primitivo poderiam, assim, invocar, além dos argumentos já presentes em Bachofen ou Morgan, o número considerável de representações femininas, gravuras e principalmente estatuetas, deixadas pelas eras remotas da humanidade. Essas estatuetas, chamadas de “Vênus” ou de “Deusas-Mães”, dependendo do contexto, eram encontradas tanto em sítios neolíticos, como do paleolítico superior. Seja interpretadas como marcas de um culto a uma divindade feminina – a defensora mais encarniçada desta tese foi a arqueóloga Marija Gimbutas (1921-1994) – ou não, elas foram consideradas frequentemente

como índice de uma alta consideração pelas mulheres e pela feminilidade. Além disso, os progressos da etnologia igualmente confirmaram que os iroqueses não eram uma exceção: em várias sociedades primitivas, vivendo da caça ou da agricultura, as mulheres ocupavam um lugar considerável.

Por outro lado, igualmente se acumularam testemunhos sobre sociedades, também de níveis técnicos muito variados, em que as mulheres pareciam ser claramente dominadas pelos homens. Essa dominação se traduzia notavelmente por atos de violência física ou sexual exercidos num contexto ritual ou profano. Ela era, muitas vezes, formalizada e expressa no plano religioso por crenças que proclamavam e organizavam a inferioridade das mulheres. Em vários casos, só os homens adultos, depois de uma longa iniciação, tinham acesso a ritos que os permitiriam penetrar nos segredos da religião e manipular objetos que as crianças e mulheres eram proibidas de ver ou se aproximar, sob pena de morte.

Esses elementos traziam grandes problemas à sequência de eventos reconstituída por Morgan e amplamente retomada por Engels. Os defensores das posições marxistas tradicionais também desqualificaram esses elementos, ou negando a realidade da opressão masculina nessas sociedades, ou a aceitando, mas a atribuindo aos efeitos do contato desses povos com o Ocidente.

Em alguns casos, essa argumentação era justificada.Mesmo assim, ela não permite recusar o conjunto dessas observações, que formam uma massa considerável. Não se pode, sob pena de torcer os fatos, negar a existência de formas muito numerosas, algumas muito duras, de dominação masculina até mesmo em sociedades economicamente igualitárias, que de maneira alguma se deviam à influência de sociedades mais avançadas. A partir de então, a atitude correta não pode ser defender, custe o que custar, em nome da ortodoxia, um esquema ultrapassado, e sim mudar o raciocínio e se esforçar para explicar, sempre com ajuda do método marxista, estes fatos novos.

A coleta dos fatos

A primeira das tarefas, então, é levantar os fatos, se esforçando para descartar tudo o que pode se dever a um artefato – seja o contato com

sociedades desenvolvidas, vieses ligados ao observador ou à interpretação dos testemunhos, coisas às vezes muito difíceis de perceber.

Apesar de tudo, esse trabalho deixa um primeiro resultado: em todos os estágios do desenvolvimento econômico e social, e mesmo nas sociedades mais igualitárias, são encontrados exemplos reconhecidos de dominação masculina, algumas vezes informal, outras vezes bem explícita e organizada.

Ilustremos com alguns casos.

Os caçadores-coletores nômades

1. Os Inuits

Não existe religião iniciática entre os Inuits, nem em geral a organização separada dos homens para justificar e codificar a dominação sobre as mulheres. De certa forma, podemos dizer que, nesse povo, a dominação masculina era informal. Mas não era menos palpável. Os homens, pelo menos em certos domínios (em particular o sexual) podiam impor a sua vontade às mulheres sem que a sociedade achasse. Assim, no norte do Alasca:

> Depois da puberdade, uma menina é considerada simplesmente como um objeto sexual pelo homem que a deseja. Ele a prende pela cintura como sinal das suas intenções. Se ela resistir, ele pode rasgar a sua calça com uma faca e obrigá-la a ter uma relação sexual. A menina consentindo ou não, as suas relações sexuais de passagem são vistas como um assunto sem importância particular pelos Inuits. Elas não constituem motivo de vendeta por parte dos seus parentes (...) A agressão física e verbal entre os homens é reprovada, mas a agressão sexual contra as mulheres sob a forma de rapto ou estupro é corrente (FRIEDL, 1975).

O único limite às ações dos homens consistia em quando ele ultrapassava as prerrogativas de outro homem: os conflitos por causa das mulheres era o principal motivo das brigas, que frequentemente terminavam com a morte de um dos protagonistas.

Outro etnólogo mostra o papel particular desempenhado pelas mulheres idosas, que serviam, de certa forma, como uma correia de transmissão da dominação masculina sobre as jovens – um fato muito conhecido, do qual

muitos se valeram para tentar minimizar o grau da inferiorização das mulheres:

> A jovem era submetida ao homem e às mulheres mais idosas até que tivesse filhos, e que pudesse, por sua vez, controlar as suas noras. A poliginia, muito mais frequente que a poliandria, a troca de esposas, habitualmente organizada pelos homens, e a maior liberdade sexual extramarital do homem, eram outras expressões da dominação masculina (MITIARJUK, apud D'ANGLURE, 1977).

2. Os Selk'Nam (ou Ona)

Os Selk'Nam, uma tribo de caçadores-coletores que vivia na Terra do Fogo, tinham uma religião iniciática aberta somente aos adultos do sexo masculino. Estes se pintavam para encarnar os espíritos que, nas cerimônias, aterrorizavam as mulheres e crianças.

Um deles, que falava algumas palavras de inglês, respondeu a um marinheiro britânico que se surpreendeu porque os Selk'Nam não conheciam nenhum tipo de chefe: "*Todos somos capitães*", e depois concluiu: "*E as nossas mulheres são os marinheiros"*(BRIDGES, 1987, p. 216).

O mito fundador dos Selk'Nam era edificante: ele contava que, antes, eram as mulheres que dirigiam a sociedade e, um dia, a sua dominação foi derrubada por um levante dos homens. Estes assassinaram todas as mulheres, menos as lactantes, e fundaram uma religião que as manteria para sempre em subordinação. É desnecessário dizer que, ao contrário do que pensava Bachofen, seria muito imprudente tomar essas histórias como argumento; elas não apoiam de maneira nenhuma a autenticidade do matriarcado primitivo. Por outro lado, elas cumprem um papel evidente de justificação da ordem existente, tanto para os homens dominantes como para as mulheres dominadas.

Mesmo assim, as coisas são cheias de sutilezas. A inferioridade social das mulheres Selk'Nam, proclamada e reivindicada pelos homens, o fato de que elas pudessem legitimamente apanhar ou levar flechadas em caso de infidelidade ou fuga, não implicavam para nada que o comportamento da mulher ideal tenha sido o de esposa submissa em tudo. Para dar certo, a noite de núpcias deveria até mesmo ser movimentada:

Não era considerado conveniente para uma nova esposa, seja uma jovem ou uma mulher madura, se dar facilmente. Ao contrário, ela quase sempre fazia uma bela confusão e, quando aparecesse de novo, o marido poderia ostentar uma aparência muito surrada, às vezes até mesmo um olho roxo. Eu me lembro de um homem que me pediu para cuidar de uma ferida grave no antebraço que tinha sido feita pela sua esposa, uma mulher forte e determinada, de grande experiência (BRIDGES, 1987, p. 359-360).

3. Austrália

Para o estudo das relações entre os sexos nas sociedades primitivas, esse continente[1] ocupa um lugar muito particular.

Para começar, se trata do único ambiente do planeta onde, quando se estabeleceram os contatos, um território imenso, tão grande como os Estados Unidos, era povoado unicamente por caçadores-coletores nômades que, por assim dizer, não tinham nenhum contato com sociedades de técnicas mais avançadas. Nos outros lugares, os seus homólogos tinham sido relegados aos ambientes menos hospitaleiros: na banquisa do Grande Norte, nas tundras subárticas, nos desertos áridos ou nas espessas florestas equatoriais. Na Austrália, os aborígenes ocupavam ambientes de clima e topologia muito diversificados. A essa particularidade, muito notável em si mesma, se juntava uma originalidade técnica; eles eram os únicos caçadores-coletores observados que ignoravam o arco, e continuavam a caçar com o propulsor.

Portanto, a Austrália representava um conjunto de sociedades de importância crucial para a compreensão das estruturas sociais dos caçadores-coletores igualitários. As relações entre os sexos de lá foram o objeto de numerosos estudos e, sem dúvida, suscitaram muito mais polêmicas do que em qualquer outro lugar. No século XIX, os primeiros testemunhos – muito numerosos – concluíram invariavelmente que havia uma abominável sujeição das mulheres australianas, na maioria das vezes caracterizadas como escravas, no sentido estrito ou, quando muito, figurado.

Como entre os Selk'Nam, a religião australiana reservava os seus segredos mais íntimos para os homens adultos, punindo com a morte a mulher ou criança que olhasse os objetos sagrados. Mais ainda, em muitas tribos, e mais ainda que entre os Selk'Nam, as mulheres eram vítimas de violência física da parte dos homens, seja dentro do quadro familiar, seja nas capturas

feitas à força pelos grupos vizinhos. Também não era raro que os homens australianos emprestassem as mulheres uns para os outros para selar a amizade, ou que eles estuprassem coletivamente, a título ritual ou penal. A maioria das tribos praticava uma poligamia generalizada que, em algumas regiões, podia alcançar recordes – é relatado o caso de um aborígene que teve 29 esposas durante a vida.

Durante o século XX, alguns pesquisadores – seria melhor dizer, com certeza – algumas pesquisadoras, porque as mulheres foram majoritárias nesse movimento – realizaram trabalhos que colocaram algumas nuances nesta impressão. Longe de serem joguetes nas mãos dos homens, as mulheres tinham as suas próprias estratégias, as suas próprias redes de influência e, muitas vezes, os seus próprios ritos religiosos. Muitas representantes dessa corrente não hesitaram em concluir que a dominação masculina não passava de uma ilusão de ótica.

É claro que não é possível discutir aqui em detalhe os argumentos de uns e de outros. Digamos simplesmente que a verdade estava em algum ponto entre as suas posições. Mesmo que fosse caricatural pintar a situação das mulheres australianas como quase-escravas, e as coisas pudessem variar consideravelmente de uma tribo para outra, a dominação masculina era geral, como escrevem dois especialistas pouco suspeitos de antipatia em relação aos aborígenes:

> No conjunto, um homem possui mais direitos sobre a sua mulher que ela sobre ele. Ele pode repudiá-la ou a abandonar quando quiser sem dar outra razão que o seu bel-prazer. Ela (...) não pode abandoná-lo, a não ser, no fim das contas, que fugindo dele, em outras palavras, tomando um novo cônjuge; mas, nesse caso, o marido tem perfeitamente o direito de se prender a ela e a seu amante. A nova união não é considerada um casamento válido, já que o primeiro marido não renunciou a seus direitos sobre ela ou aceitou uma compensação (…) Além disso, um homem tem o direito de dispor de favores sexuais da sua mulher como quiser, com ou sem o seu consentimento (…) Entretanto, ela não pode fazer o mesmo com ele. Em termos formais, o ‘débito de esposa’ não tem como contrapartida o ‘débito de esposo’. (…) Em resumo, o estatuto das mulheres, tomado globalmente, não não é igual ao estatuto dos homens, tomado globalmente (BERNDT e BERNDT, 1992, p. 208).

Esse julgamento não se deve, como se poderia suspeitar, ao fato dos observadores serem estranhos às sociedades que estudavam. Na sua autobiografia, o aborígene Waipuldanya pôde falar assim da sua mãe: “*Ela*

era totalmente submissa ao seu marido, o meu pai Barnabé – uma serva, uma genitora para os seus filhos, o papel que lhe era prescrito pela ditadura da tribo em razão de um esquema sociológico inflexível" (LOCKWOOD, 1974, p. 11-12).

Agricultores e criadores de animais

No que tange aos povos que conheceram a revolução neolítica e, portanto, devendo pelo menos parte da sua subsistência à agricultura e à criação de animais, também se encontram exemplos flagrantes de dominação masculina – mesmo, é preciso sublinhar, entre aqueles em que as desigualdades materiais entre os indivíduos ainda não se desenvolveram.

Um dos exemplos mais célebres é o dos Baruya da Nova Guiné, estudados pelo antropólogo Maurice Godelier (1982). Esse povo oferece a imagem de uma organização minuciosa de um sexo pelo outro através de um conjunto de crenças mágico-religiosas. Os homens cultivam de mil maneiras uma ideologia de superioridade sobre as mulheres. A iniciação religiosa dos jovens do sexo masculino exige que eles sejam escrupulosamente separados das meninas e mulheres durante toda a adolescência. Até o casamento, eles vivem entre si numa casa especial, aprendendo a duvidar das pessoas do sexo feminino e a se prevenir de seus efeitos maléficos.

Na sociedade Baruya, a superioridade dos homens era marcada em toda parte: nas denominações de parentesco como na geografia, na valorização das atividades econômicas como nos segredos religiosos. Assim, um jovem era considerado automaticamente o irmão mais velho de todas as suas irmãs, mesmo se elas tivessem nascido antes dele. No mesmo espírito, todos os caminhos que serpenteavam nas vilas eram dobrados, um a alguns metros abaixo do outro; naturalmente, o mais elevado era reservado aos homens. Se, apesar de tudo isso, as mulheres cruzassem o caminho dos homens, elas viravam o rosto e o escondiam debaixo da capa, enquanto eles passavam, ignorando-as. As mulheres não tinham – entre outras coisas – o direito de herdar a terra, de portar armas, de fabricar potes de sal. Os equipamentos para desbravar a floresta também lhes eram proibidos, assim como também era proibida a fabricação dos seus próprios bastões de escavar a terra. Quanto aos objetos sagrados, flautas e joias, eles eram protegidos do olhar dos não-iniciados, mulheres e crianças, sob pena de morte. E se o homem

podia, a qualquer momento, repudiar a sua esposa ou lhe dar a quem ele quisesse, ela não podia deixar o marido sem se expor às punições mais severas.

Mesmo sendo um caso extremo, os Baruya não são, de forma alguma, uma exceção. O conjunto da Nova Guiné, além das diferenças, às vezes importantes, entre um povo e outro, era todo marcado por uma dominação masculina muito explícita. Algumas dessas sociedades, contrariamente aos Baruya, conheciam as desigualdades de riquezas. Mas, de um ponto de vista técnico, todos esses povos se situavam mais ou menos no estágio dos iroqueses, praticando formas rudimentares de agricultura e criação de animais, e utilizando instrumentos de pedra.

Então, não somente os homens das sociedades economicamente desiguais não oprimiam globalmente mais as suas mulheres do que os das sociedades igualitárias, mas era até mesmo nessas últimas que se manifestavam as formas mais abertas da dominação masculina, particularmente as iniciações dos jovens, realizadas com o receio e o terror das mulheres.

A bacia amazônica, onde a desigualdade de riquezas era virtualmente desconhecida, apresenta muitos pontos em comum com a Nova Guiné. Lá, também, seja em sociedades de caçadores-coletores ou agricultores, as mulheres eram globalmente dominadas pelos homens. E lá, também, muitas vezes eles praticavam uma religião de que só eles detinham os segredos, e eles usavam regularmente, e de maneira legítima, de violências sexuais e físicas contra as mulheres. Entre os Amahuaca,

> Em geral, os homens exercem sobre as mulheres uma autoridade considerável (…) Uma vez casado, um homem pode bater [na sua mulher] nos ombros, nos braços, nas pernas, nas nádegas ou nas costas com um bordão especial de madeira dura, que tem uma lâmina achatada com bordas afiadas. Uma cacetada com tal bordão poderia ser tão severa que a mulher ficaria quase incapaz de andar durante vários dias. Uma mulher poderia apanhar por ter irritado o seu marido de muitas formas, por exemplo não fazendo a comida quando ele quisesse ou colocando sal demais (um gênero alimentício recentemente adquirido pelo comércio) no seu prato (DOLE, 1974, p. 12-13).

Quanto aos Mundurucu, no que para eles era uma piada, um dia fizeram alusão aos estupros coletivos com que puniam as mulheres desobedientes,

contando a um etnólogo: "*Nós domamos as nossas mulheres com bananas*." (MURPHY, 1956, p. 433).

Uma dominação masculina universal?

Todos esses exemplos vêm de sociedades situadas nos primeiros degraus do desenvolvimento técnico. Eles provam que a dominação masculina é compatível com uma estrutura social desprovida de classes, até mesmo de simples desigualdades econômicas. Este fato, por si só, impõe a revisão do esquema herdado de Morgan: por um lado, ao menos nessas sociedades, é preciso explicar a dominação masculina de outra maneira que pela suposta vontade dos homens de transmitir as suas posses à sua progênie; por outro lado, estas observações sugerem (mesmo se, em si mesmas, elas não provem) que esta dominação masculina remonta a uma época muito recuada.

Mesmo assim, não podemos considerar a dominação masculina como um traço universalmente compartilhado por todas as sociedades deste tipo.

Os iroqueses não são uma exceção. Tanto entre oscaçadores-coletores igualitários como entre os agricultores, foram identificados muitos outros povos em que as relações entre homens e mulheres eram equilibradas, e onde a subordinação das mulheres parecia tênue, senão inexistente.

Entre os caçadores-coletores, podemos citar os bushmen dos desertos do Sul da África, tornados célebres há alguns anos atrás pelo filme Os Deuses devem estar loucos. De um dos grupos deles, os Nharo, sabemos que "*parece existir uma igualdade entre os sexos quase total na relação entre as irmãs e os irmãos e, talvez, umaligeira predominância feminina nas relações entre os esposos*" (BARNARD, 1980, p. 119).

Também são assim os indígenas das Ilhas Andaman, no Golfo de Bengala, sobre os quais o primeiro etnólogo a observá-los, no século XIX, relata numa frase impregnada de moral vitoriana que

Um dos traços mais marcantes das relações sociais é a igualdade e a forte afeição que se estabelecem entre um marido e sua mulher; observações minuciosas que se estenderam durante anos provam que não somente a autoridade do marido é mais ou menos teórica, como que não é raro que a sua cara-

metade o faça andar na linha: em uma palavra, a consideração e o respeito com que as mulhe res são tratadas poderiam servir de exemplo a algumas classes da nossa pátria (Man, 1983, p. 327).

Mencionemos igualmente os pigmeus Mbuti, da floresta equatorial africana, entre os quais, "*uma mulher não é, de forma nenhuma, inferior a um homem*" (TURNBULL, 1965, p. 271).

Esta configuração se encontra igualmente entre os numerosos povos agricultores ou criadores de animais. Além dos iroqueses, citamos os Khasi da Índia, os Minangkabau de Sumatra, os Ngada da Ilha de Flores ou os Na (também chamados de Mosuo) da China, este povo que, fato sem dúvida único no mundo, não reconhece socialmente nem o casamento nem a paternidade.

Seria impróprio qualificar todas essas sociedades de matriarcados. Este termo, no sentido estrito, significa "poder das mulheres". Ora, em nenhuma sociedade conhecida, as mulheres detém o poder, ou seja, o poder sobre os homens – enquanto nos patriarcados, os homens detém muito bem o poder sobre as mulheres.

Em algumas delas existe, por outro lado, o "direito materno" de que falava Bachofen: os indivíduos são divididos em grupos de parentesco, clãs ou linhagens, em que o pertencimento é transmitido unicamente pelo lado feminino. Mas, ao contrário do que poderiam crer Bachofen, Morgan ou Engels, os clãs matrilineares não são necessariamente sinônimo de melhor situação das mulheres. Os Nharo, os Andamaneses ou os Nbuti não possuem clãs e, portanto, matrilinearidade. Isto não impede as mulheres de ocuparem uma posição favorável. Inversamente, a Nova Guiné, a Austrália e a Amazônia contam com numerosas sociedades matrilineares nas quais as mulheres, mesmo assim, são claramente inferiorizadas.

Esses povos em que as mulheres têm uma situação sensivelmente igual à dos homens não são, portanto, se as palavras têm algum sentido, matriarcados. Mas também seria enganoso falar, a propósito delas, em "igualdade dos sexos". Porque as relações entre os sexos nelas estão a mil léguas da igualdade como a concebemos em nosso mundo moderno.

A DIVISÃO SEXUAL DA SOCIEDADE

Qual “igualdade entre os sexos” ?

O vocabulário que designa as realidades sociais é, muitas vezes, mais enganador do que esclarecedor, e o termo “igualdade entre os sexos”, mesmo consagrado pelo uso, não escapa dessa regra.

É fácil perceber que o que se entende aqui por “igualdade” é, na verdade, identidade – e existe nisso mais que uma nuance, porque duas coisas podem ser iguais mesmo sendo diferentes. Ora, para falar somente da igualdade de direitos, nenhuma feminista sonharia, por exemplo, em exigir que os direitos dos homens e das mulheres sejam “diferentes, mas iguais”. Tal reivindicação não teria nenhum sentido, porque seria absolutamente impossível dizer com que se deveria medir os direitos diferentes para determinar se eles são iguais. O que as feministas sempre exigiram, e que os antifeministas sempre combateram, é simplesmente a identidade entre os sexos; uma identidade não do ponto de vista da biologia, nem é preciso dizer, e sim do ponto de vista da sociedade. É que os homens e as mulheres tenham, para começar, não direitos “iguais”, e sim os mesmos direitos.

Já se sabe há muito tempo – Engels já o explicava de maneira límpida – que a “igualdade” jurídica (tão mal nomeada) não é igualdade real (também mal nomeada): ela é apenas a condição necessária. Assim, esta “igualdade” real será sinônima de uma completa identidade entre os sexos ou, para utilizar um vocabulário mais moderno, da desaparição dos gêneros: na sociedade, homens e mulheres terão não somente os mesmos direitos, mas sim ocuparão, nos fatos, um lugar idêntico. Os dois sexos efetuarão indiferentemente os mesmos tipos de estudos, os mesmos trabalhos e os mesmos tipos de tarefas não remuneradas. Não haverá mais focos de interesse, nem profissões nem lugares, nem atitudes “de homens” e “de mulheres”. Eis porque alguns puderam dizer que o ideal moderno de

igualdade entre os sexos é, de alguma forma, o de uma sociedade assexuada.

Ora, todas sociedades primitivas, sejam quais forem, tanto se os homens oprimirem as mulheres quanto se os dois sexos ocuparem lugares equilibrados, estão nas antípodas desta concepção. Mesmo que nem todas elas designem um valor diferente aos papeis e ocupações de cada sexo, apesar disso, elas são marcadas por uma profunda separação entre os sexos, que as faz conceber os homens e as mulheres como duas entidades totalmente diferentes, sobre as quais não é imaginável que possam desempenhar o mesmo papel social. Dito de outra maneira, mesmo que todas as sociedades não fossem machistas, todas eram sexistas, da mesma forma que uma sociedade que atribui aos seus membros tarefas, lugares e comportamentos em função da cor da pele é uma sociedade racista.

A divisão sexual do trabalho

Todos os relatos concordam: mesmo que isso varie em grau de um povo para outro, todas as sociedades primitivas se caracterizam por uma divisão sexual do trabalho muito marcante. Esta, por sua vez, respinga por todas as outras dimensões da vida social.

As coisas iam tão longe que, por exemplo, foi possível escrever sobre as tribos do Oeste australiano

> que podemos compreendê-las melhor como dois sistemas separados. Os instrumentos de trabalho, as técnicas empregadas, a organização do trabalho, as formas de distribuição do produto e a ideologia presidindo essas atividades são notavelmente diferentes para os homens e para as mulheres (...) O único ponto de interseção entre as atividades econômicas masculinas e femininas está no consumo (HAMILTON, 1980, p. 12).

E, em toda a Austrália, homens e mulheres eram designados metaforicamente pelo seu utensílio principal: eles eram, literalmente, “lanças” e “bastões”.

A segregação sexual era, algumas vezes, extrema, como entre os Huli de Nova Guiné:

Os homens e as mulheres (...) vivem em casas independentes, espalhadas pelos jardins, e os celibatários (...) muitas vezes moram separados dos homens casados. (...) Com exceção das crianças, nenhuma pessoa de um sexo entra na casa do sexo oposto. Os jardins huli são divididos igualmente em lotes masculinos e femininos, e a esposa surpreendida nas terras do seu marido será severamente espancada. Disso resulta que os homens e as mulheres recolhem separadamente as suas batatas doces e cozinham a sua comida cada um de seu lado, em sua própria casa. Os dois sexos só consomem alimentos cozidos no mesmo fogão na terra nas refeições comunitárias (GLASSE, 1968).

Esta separação é observada mesmo entre os povos desprovidos de uma dominação masculina marcante. Morgan notava isso nos iroqueses:

Os costumes e modos de vida indígenas dividiam socialmente as pessoas em duas grandes classes, homens e mulheres. Os homens procuravam a conversa e a associação com homens, e era juntos que eles se divertiam ou se submetiam aos deveres mais austeros da existência. Da mesma forma, as mulheres procuravam a companhia do próprio sexo. Entre os sexos havia pouca sociabilidade, no sentido em que entendemos esse termo na sociedade refinada (Morgan, 1853, p. 323).

A divisão sexual do trabalho e, por consequência, da vida social, se ressalta tanto mais nessas sociedades, porque elas, na sua grande maioria, ignoravam qualquer outra forma de divisão do trabalho, além da etária. Nesses povos, não existem sacerdotes profissionais, nem soldados, nem funcionários nem comerciantes. Os primeiros artesãos especializados só aparecem com a metalurgia. Todos os homens e todas as mulheres, portanto, executam o conjunto dos trabalhos necessários para satisfazer as suas necessidades, a única repartição, geralmente muito estrita, sendo assim a que existe entre os sexos.

A divisão sexual do trabalho não é somente universal nas sociedades humanas; ela é igualmente um traço próprio da nossa espécie. Em nenhum outro primata os machos e as fêmeas têm atividades diferentes, fornecendo sistematicamente ao outro sexo uma parte do seu produto. O seu rigor, assim como as suas modalidades, podem variar de um povo para outro: a tecelagem, a olaria, a construção de habitações, tal ou qual atividade agrícola sendo atribuídas aos homens e m certas sociedades e às mulheres em outras. Mas, além dessas variações, a divisão sexual do trabalho apresenta algumas regularidades dignas de nota.

A fonte do poder masculino

De fato, existe uma regra que não conhece nenhuma exceção e que desempenhou um papel crucial na forma em que se organizam as relações entre os sexos. Em todas as sociedades humanas conhecidas e, à medida que os traços arqueológicos possam nos informar a esse respeito, para todas do passado, a caça – pelo menos as suas formas mais sangrentas, as praticadas com a ajuda das armas mais eficazes – era reservada exclusivamente aos homens. Em todos os lugares e sempre, as mulheres foram excluídas dessa atividade e do manejo das armas mais letais.

Ao contrário do que muitos acreditam, não é tão fácil explicar porque é assim. Todas as razões "naturais" que são geralmente invocadas (mobilidade reduzida devido à maternidade, necessidade de proteger as mulheres devido à sua importância para a reprodução do grupo) têm, na verdade, algo de insatisfatório. Se, a rigor, elas podem explicar porque as mulheres são afastadas temporariamente de tal ou qual forma de caça (como seria o caso de um homem doente ou ferido), elas não explicam porque, em todas as sociedades conhecidas, é o simples fato de ser mulher que a proíbe, por toda vida, de se aproximar de uma arma cortante ou caçar grandes animais. Além disso, nenhum povo explica as proibições de que as mulheres são objeto através de considerações práticas. Todos invocam crenças mágico-religiosas.

Sem levantar uma resposta definitiva a essa questão, que continua sem resolução até o momento, o que se pode ter certeza é que o monopólio masculino sobre a caça e as armas deu aos homens em todos os lugares uma posição de força em relação às mulheres. O sexo que detinha o monopólio das armas exercia, por isso, um monopólio sobre o que poderíamos chamar de "política externa", ou seja, a gestão das relações, pacíficas ou belicosas, com os grupos vizinhos. Ora, para a maioria das sociedades primitivas, essa questão é tão onipresente quanto vital. Privadas das armas com que poderiam se defender, as mulheres ficaram, por toda parte, reduzidas ao papel de instrumentos nas estratégias dos homens.

O que é mais comum, de fato, do que trocar mulher para selar uma aliança, ou oferecer, temporária ou definitivamente, uma esposa a um estrangeiro

como sinal de boa vontade? Entre os Inuits, como entre outros povos, as regras de hospitalidade dizem que, além do teto e da comida, o hospedeiro forneça uma mulher, geralmente a sua própria esposa, ao seu convidado. Na Austrália, um grupo que via a chegada de uma pequena tropa hostil tinha o recurso de enviar algumas mulheres ao encontro deles, encarregadas de oferecer seus favores sexuais. A aceitação dessa oferenda pelos agressores significava que a querela tinha terminado. Poderíamos multiplicar os exemplos, como os Jivaros (Achuar):

> O lugar estratégico do poder masculino é (...) exterior ao modo de produção. Os homens achuar possuem o monopólio absoluto da condução das 'relações exteriores' (...) Correlativamente, eles exercem um direito de tutela sobre as suas esposas, irmãs e filhas, e eles são os únicos que decidem sobre o processo geral de circulação das mulheres, seja na forma pacífica de troca com os aliados, seja na forma belicosa do rapto entre os inimigos (DESCOLA, 1983, p. 81).

O monopólio universal dos homens sobre as armas e a caça explica, portanto, o seu monopólio sobre a guerra e as funções políticas – porque também é uma lei universal que os homens detém a maioria, senão a totalidade, das funções políticas. Em toda parte, são os homens que são os porta-vozes, e têm o poder decisório oficial; em toda parte, os homens são os conselheiros em nome da coletividade. E até mesmo nas raras sociedades onde as mulheres podem tomar parte nas deliberações, os seus votos, por assim dizer, não têm o mesmo peso que o dos seus homólogos masculinos.

É assim que se explica o fato de que, apesar da grande diversidade das relações entre os sexos, nunca tenha sido possível observar um matriarcado. A esfera da guerra e da política representou para os homens uma fortaleza que as mulheres jamais conquistaram. As mulheres, entre os iroqueses ou outros povos, detiveram algumas vezes certos poderes que poderiam se comparar com os dos homens. Mas, ao contrário do que os homens puderam fazer em muitas sociedades, elas não puderam nunca concentrar todos os poderes.

A economia, contrapoder feminino

Então, é porque os homens em toda parte reinaram sobre as armas que o matriarcado não existiu em lugar nenhum. Mas, porque a autonomia e os

poderes das mulheres, principalmente em matéria econômica, algumas vezes foram consideráveis, que elas estiveram, algumas vezes em condições de contrabalançar, parcial ou totalmente, os poderes dos homens.

É surpreendente, de fato, que, em todas as sociedades primitivas em que as mulheres tiveram sensivelmente alguma igualdade com os homens, foi sobre a base da sua influência econômica, Mais uma vez, os iroqueses representavam um caso exemplar. As mulheres iroquesas possuíam campos e casas. Elas geriam as colheitas e os estoques de grãos. Este era o ponto de apoio que as permitia fazer frente a um esposo incorreto ou preguiçoso – e, em último caso, botá-lo porta a fora sem nenhum tipo de processo. No plano coletivo, é esse mesmo ponto de apoio que dava às mulheres a possibilidade de se oporem a algumas das decisões dos homens. A ameaça de se recusar a liberar os grãos, por exemplo, era muito eficaz para tornar impossível uma guerra votada por um conselho da tribo em que só os homens poderiam participar.

Para as mulheres das sociedades primitivas, as posições econômicas, portanto, eram o penhor de uma posição social favorável. Entretanto, essas posições econômicas não decorriam automaticamente da sua participação no trabalho produtivo. Em todas essas sociedades, de fato, as mulheres contribuíam para a produção, fornecendo até mesmo, muitas vezes, a maioria dos alimentos. Contudo, é somente entre alguns povos em que tinham direitos ampliados, até mesmo exclusivos, sobre o produto de seu trabalho. Mesmo assim, isso não as protegia forçosamente da dominação dos homens, como em todas as tribos na Nova Guiné, onde as mulheres é que criavam os porcos, mas os homens é que os comerciavam, por sua conta própria. Nas sociedades que não são organizadas sobre a base do mercado anônimo, a participação das mulheres no trabalho produtivo é uma condição necessária, mas não suficiente, para que elas disponham de seu produto e se beneficiem, ao mesmo tempo, da influência social correspondente.

O monopólio masculino sobre a caça e as armas explica, então, o que existe de universal nas relações entre os sexos, a saber, a ausência do matriarcado. A grande diversidade de prerrogativas das mulheres em matéria econômica explica em grande medida o que existe de variável, porque nesta as

mulheres puderam fazer frente aos homens, enquanto naquela elas estão subordinadas em algum grau.

Como for, a profundidade e a importância da divisão sexual do trabalho nas sociedades explica igualmente que a igualdade entre os sexos, no sentido moderno, tenha ficado por toda parte, no sentido próprio, impensável. Os livros de etnologia transbordam de atos ou atitudes de resistência das mulheres contra a sua opressão, como as jovens australianas que fogem com os seus amantes arriscando a própria vida, ou as mães neoguineanas que matam os seus filhos no nascimento para não dar descendentes a um marido odiado. Mas, mesmo que não faltem reações individuais, não se conhece um só exemplo em que, antes do contato com o Ocidente, as mulheres tenham contestado o próprio princípio da divisão sexual da sociedade, em que elas tenham podido imaginar por si mesmas ter os mesmos direitos que os homens, exercer as mesmas profissões, as mesmas funções, ou seja, ocupar o mesmo lugar social que eles. Para que tal ideia viesse à luz e ganhasse os espíritos, era necessário que a estrutura econômica da sociedade conhecesse reviravoltas formidáveis.

O PASSADO, O PRESENTE E O FUTURO

O papel revolucionário do capitalismo...

O fato de que o capitalismo seja a primeira sociedade de toda a aventura humana a produzir o ideal de igualdade entre os sexos não é nenhum acaso.

O capitalismo é o primeiro sistema econômico que repousa, de alguma forma, sobre o anonimato generalizado. Todos os produtos do trabalho tendem a tomar a forma de mercadorias, ou seja, a ser trocadas por um equivalente chamado “moeda”. Como Marx já mostrou, a moeda representa o trabalho humano, mas um trabalho humano abstrato, ou seja, indiferenciado. Assim, o fato de que os produtos do trabalho passem a ser destinados à venda no mercado mundial significa que as características concretas dos produtores de cada mercadoria, como a sua identidade sexual, se fundem e dissolvam num imenso cadinho, onde subsiste apenas a quantidade de trabalho humano que ela encarna. Nada, no fato de que uma camiseta vale 10 euros e que um carro vale 10 mil, permite saber se um ou outro é fabricado por homens ou por mulheres. Dinheiro é dinheiro, e ele não tem sexo.

O capitalismo não somente estabeleceu a natureza comum dos produtos do trabalho: transformando a força de trabalho em mercadoria, remunerando com a mesma moeda todos os assalariados, tanto masculinos como femininos, ele também estabelece a natureza comum dos próprios trabalhadores. “Salário igual para trabalho igual!” Esta reivindicação emblemática das mulheres proletárias o exprime da maneira mais clara possível.

Estas evoluções, por si mesmas, não suprimem a divisão sexual do trabalho, nem o seu caráter desigual; elas não impedem que as mulheres podem, de fato ou de direito, ser segregadas em determinados empregos ou ser vítimas de proibições. Mas, e este é o ponto crucial, elas criam as condições para a sua desaparição, demonstrando cotidianamente que, a partir de então, os

trabalhos dos homens e os das mulheres não existem cada um de um lado, em esferas separadas, e sim que eles têm a mesma natureza, a mesma substância, de que a moeda é a medida.

Assim, instaurando a troca generalizada dos produtos do trabalho, e dos próprios trabalhadores, pela moeda, o capitalismo, pela primeira vez na história, fez nascer, tanto nos fatos como nos espíritos, o trabalho humano abstrato. E, estabelecendo assim a natureza comum do trabalho e dos trabalhadores dos dois sexos, ele quebrou uma barreira milenar e abriu o caminho para uma concepção de sociedade em que o sexo não seja mais base para a distinção entre os seres humanos, nem no trabalho nem no resto da vida social.

Na longa marcha que levou a humanidade ao caminho de uma produtividade crescente, a divisão sexual do trabalho foi o primeiro passo. Não poderia, sem dúvida, ser diferente: a diferença entre os sexos é uma coisa evidente, e fornecia a matéria-prima a uma primeira especialização dos trabalhadores. Depois disso, com os progressos da economia, da ciência e da técnica, a divisão do trabalho não parou de se aprofundar. No decorrer do tempo, novos ofícios apareceram, dezenas, depois centenas, tornando a imemorial divisão sexual do trabalho objetivamente cada vez mais ultrapassada. Mas, enquanto os produtos ainda não eram mercadorias, enquanto ainda se usavam formas econômicas em que os produtores poderiam ser identificados diretamente através de seus produtos e, portanto, assimilados a eles, onde a própria força de trabalho ainda não tinha se transformado em mercadoria, estes progressos suplementares poderiam ainda se efetuar no quadro geral fixado pela divisão sexual. Existiam cada vez mais ofícios de todos os tipos; nada os impedia de continuarem a ser ofícios de homem e ofícios de mulher. É esta barreira que o capitalismo contribuiu para derrubar. Generalizando a forma-mercadoria, ele fez aparecer uma nova realidade, a do trabalho indiferenciado sexualmente, que permite entrever o tempo em que a divisão sexual do trabalho será jogada ao monte das velharias ultrapassadas, "*ao lado do Estado, da roda de fiar e do machado de bronze*", parafraseando Engels.

É neste sentido que o capitalismo, na questão da emancipação das mulheres como em tantas outras, cumpriu um papel revolucionário. Não que, em si, a

situação das mulheres seja “melhor” que nas sociedades anteriores. Neste grau de generalização, esta apreciação não tem muito sentido. E a situação das mulheres no capitalismo, dependendo da época, do país e do meio social, é tão diversa quanto poderia ser nas primeiras sociedades humanas. Mas, do mesmo modo que ele criou as bases econômicas e sociais que tornam caducas as fronteiras nacionais e a posse privada dos meios de produção, ele tornou caduca a divisão das tarefas e dos papeis sociais segundo o sexo.

... E a necessidade de derrubá-lo

Poderíamos nos perguntar sobre a possibilidade de acabar com a opressão das mulheres sem destruir os fundamentos da exploração e de todas as opressões, ou seja, sem destruir o próprio sistema capitalista. É esta a escolha que fazem muitas feministas, que militam somente no terreno da luta contra a dominação masculina.

Esta escolha poderia não parecer absurda. No fim das contas, no reino etéreo da teoria pura, um capitalismo sem nenhuma forma de discriminação entre os sexos não é inconcebível – e algumas mulheres das classes mais favorecidas não precisam necessariamente ligar a sua sorte à derrubada de toda ordem social existente. Contudo, a realidade não é um reino etéreo; e recusar-se a situar o combate pela emancipação das mulheres ao mais amplo, pela emancipação do proletariado, é de uma miopia muito imprudente.

O capitalismo carrega um cortejo de miséria e opressão que renova sem cessar o terreno fértil no qual podem prosperar todas as formas de preconceito, como os contra as mulheres. O período em que vivemos o ilustra cruelmente. Mesmo nos países do mundo em que as mulheres conquistaram uma certa emancipação, existe a ameaça permanente de retrocesso. Na França, o aborto continua legal. Mas para quantas mulheres o desmantelamento dos hospitais públicos torna, a cada ano, mais difícil o exercício desse direito? E como afirmar que as correntes reacionárias que, recentemente, fizeram tanto barulho, nunca conseguirão os seus objetivos? Basta olhar para alguns lugares da Europa para se ver a fragilidade de um direito que parecia garantido. Quanto à parte mais pobre do planeta,

esmagada pelo subdesenvolvimento e pela guerra, os trinta últimos anos não pararam de mostrar que a bandeira da opressão das mulheres, levantada à guisa de símbolo “anti-imperialista” poderia servir neles de derivativo para autênticos combates emancipadores.

Mesmo que muitas correntes feministas tenham acreditado na possibilidade de erradicar a dominação masculina no quadro das estruturas econômicas existentes, aos olhos da corrente comunista, essas escolhas parecem reducionistas e, no fim das contas, de curto prazo. Não somente o combate contra a dominação masculina e o contra a exploração do homem pelo homem não têm nada de contraditório, como nenhum dos dois pode ignorar o outro, sob pena de fracassar.

REFERÊNCIAS

BARNARD, Alan. “Sex Roles among the Nharo Bushmen of Botswana”. *Africa: Journal of the International African Institute*, vol. 50, no. 2, 1980.

BERNDT, Catherine & BERNDT, Ronald. *The world of the first Australians.* Canberra: Aboriginal Studies Press, 1992 [1964].

BRIDGES, Lucas. *Uttermost part of the earth*, Century, 1987 (1948).

D’ANGLURE, B. Saladin. “Mythe de la femme et pouvoir de l’homme chez les Inuit de l’Arctique central (Canada)”, *Anthropologie et sociétés*, vol. 1, no. 3, 1977.

DESCOLA, Philippe. “Le Jardin de Colibri. Procès de travail et catégorisations sexuelles chez les Achuar de l’Équateur”, *L’Homme*, vol. 23, no. 1, 1983.

DOLE, Gertrude E. “ The marriages of Pacho: a woman’s life among the Amahuaca “in *Many sisters*, London: Free Press, 1974.

FRIEDL, E. *Women and Men, an Anthropologist’s View*, édition électronique, Partie 1, Illustrative cultures, 1975.

GLASSE, Robert. “Huli of Papua; À Cognatic Descent System”, *Cahiers de l’Homme*, nouvelle série VIII, 1968.

GODELIER, Maurice. *La production des grands hommes*, Flammarion, 1982.

HAMILTON, Annette. “Dual Social Systems: Technology, Labour and Women’s Secret Rites in the eastern Western Desert of Australia”, *Oceania*, no. 51, 1980.

KOLLONTAI, Alexandra. Conférences sur la libération des femmes, La Brèche, 1978 (1921).

LOCKWOOD, Douglas. *I, the Aboriginal*. Adelaide: Rigby, 1974.

MAN, Edward Horace. “On the Aboriginal Inhabitants of the Andaman Islands (Part I, II, III)”. *The Journal of the Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*, vol. 12, 1983.

MORGAN, Lewis Henry. *League of the Iroquois*, Sage & Brothers, Rochester, 1851.

MURPHY, Robert F. “Matrilocality and Patrilineality in Mundurucú Society “, *American Anthropologist*, New Series, vol. 58, no. 3, 1956.

TURNBULL, Colin M. *Wayward servants: the two worlds of the African pygmies*, Eyre and Spottiswoode, 1965.

[1] Trata-se do seu livro *Le communisme primitif n'est plus ce qu'il était – aux origines de l'oppression des femmes*, o qual, infelizmente, ainda não tivemos acesso.

[2] Já abordei esse assunto em um breve artigo (VIANA, 2004) que pode ser acessado na internet: http://informecritica.blogspot.com.br/2011/02/origem-da-dominacao.html

[3] É por isso que Max Weber chama de "dominação legítima", pois o dominado consente na dominação. A esse respeito, veja sua análise dos três tipos de dominação legítima (2004). Uma posição diferente, embora inspirada na tipologia weberiana, pode ser vista em Viana (2015).

[4] O mesmo problema pode ser visto com o uso de "opressão da mulher", "machismo" e outros termos não definidos e cujo significado fica ausente. Em alguns casos, definições simples e amplas podem aparecer, mas não constituindo conceitos (ou mesmo "construtos", falsos conceito gerados por uma ideologia) e sim meras definições sem maior embasamento. O caso do termo "machismo" (ANDERSON, 2017) é exemplar e ajuda a compreender esse processo.

[5] Utilizamos "sociedade autogerida" ao invés de sociedade "comunista" para diferenciar a concepção marxista das experiências do capitalismo estatal (vulgo "socialismo real"), bem como dos partidos chamados "comunistas" e do leninismo e seus derivados.

[6] A própria ideia de fatos já mostra uma concepção determinada e cientificamente localizada. A respeito dos "fatos" a crítica de Lukács é a mais adequada (LUKÁCS, 1989).

[7] Entre as demais interpretações, podemos citar esta: "resumindo, assistimos, portanto, depois da era auriganacense e da Graveta, a uma preponderância do elemento feminino devido à preocupação de perdurar e à procriação; depois, na época seguinte, a das grandes caçadas, a um possível igualitarismo baseado sem dúvida na indiferenciação das tarefas e no pouco

tempo consagrado, pelos carnívoros que vivem em grupo, ao parto e à educação dos filhos. Por fim, assistimos ao momento em que surgem na espécie humana as primeiras contradições entre as necessidades do parto e as atividades da caça e da pesca, o aparecimento dos tabus contra a sexualidade feminina e a segregação das tarefas, pré-história de um patriarcado ainda distante no futuro e que um grande número de historiadores comete o erro de considerar existente 'desde sempre', até mesmo 'eterno!'" (D'EAUBONNE, 1977, p. 53-54).

[8] Por outro lado, há o risco de reprodução de ideologias, doutrinas, concepções no trabalho antropológico, o que inclui, por exemplo, o forte maniqueísmo presente em determinadas concepções feministas contemporâneas, que podem ser projetadas nas sociedades tribais. Esse é o caso de se afirmar, por exemplo, que "as mães neoguineanas que matam os seus filhos no nascimento para não dar descendentes a um marido odiado" (DARMANGEAT, 2017, p. 52) e se retira disso apenas a confirmação da existência da opressão da mulher. Ora, as mães neoguineanas podem matar crianças e isso nada significa, mas mostra que existe "opressão da mulher". A violência contra as crianças não recebe nenhuma menção e nem se fala de "dominação adulta", pois as relações são isoladas e delimitadas apenas entre os dois sexos. De acordo com o "espírito da época contemporâneo", um homem de uma sociedade tribal espancar uma mulher é condenado e uma mulher matar uma criança não cria nenhuma indignação. Isso é o que ocorre quando se isola as relações entre os sexos. Claro está que esse acontecimento precisa ser analisado mais profundamente (o homicídio e a violência física é algo comum nessa sociedade? O que gera isso? Ou são atos apenas de mulheres? Ou de ambos os sexos? Qual a frequência desses atos de violência? Isso também ocorre nas sociedades onde se afirma que os homens em certas situações espancam as mulheres? Não seriam, portanto, sociedades mais violentas e que por isso o acontecimento isolado gera uma interpretação equivocada?). A conclusão que podemos retirar disso é a de que os sentimentos são perturbados quando a percepção é ofuscada.

[9] Quando Darmangeat cita a afirmação de um indígena segundo a qual "todos [os homens] somos capitães" e as mulheres "são nossos marinheiros", é preciso realizar uma análise mais profunda sobre isso para saber se há alguma relação de subordinação. Para uma análise ingênua, a

afirmação comprovaria que sim, mas para uma análise dialética e materialista, seria necessário saber que trata-se de uma sociedade já em contato com a sociedade capitalista (o que é comprovado pela referência a "capitães" e "marinheiros"), inclusive com a cultura burguesa, e que portanto já não serviria para analisar as relações sociais entre os sexos nas sociedades tribais ainda não subordinadas ao capitalismo. Mas o materialismo histórico também colocaria em questão o que o indígena quis dizer com isso e como ele percebia a diferença entre capitães e marinheiros. Além disso, a sua afirmação não revela o que são, efetivamente, as relações sociais concretas de sua sociedade, mas tão somente a sua percepção delas. Por isso tudo, essa afirmação, em si, não comprova a existência de opressão, dominação ou subordinação das mulheres. Seria necessário uma análise do significado da afirmação, da interpretação do indígena sobre as relações entre capitães e marinheiros, bem como analisar a sua sociedade, as relações sociais concretas, para compreender a afirmação e as relações sociais entre os sexos nesse caso específico, incluindo a sua relação e o grau de influência do capitalismo no seu interior.

[10] Aliás, a própria presença dos antropólogos nas sociedades tribais já promove diferenças e isto assume as mais variadas formas, inclusive as que comprometem a ética ou mesmo a moral conservadora ou progressista. Esse último caso pode ser visto, por exemplo, no documentário *Os Segredos da Tribo* (PADILHA, José. Brasil, 2013).

[11] Inclusive é preciso perceber que a subordinação das mulheres é um processo que convive com a subordinação das mulheres das classes desprivilegiadas por mulheres das classes privilegiadas, pois a relação entre os sexos e no interior de cada sexo não está isolada das relações de classes e diversas outras que constituem o conjunto das relações sociais da sociedade capitalista.

[1]A Austrália é um país localizado no continente chamado Oceania. Mas, em termos geológicos, é considerado um continente (nota do editor original).

Sobre o autor

Christophe Darmangeat nasceu em 1965. Doutor em economia, ensina desde 1992 na Universidade Paris 7 Diderot. Por vários anos, se interessou por sociedades primitivas, buscando, em particular, atualizar o raciocínio marxista à luz do progresso do conhecimento neste campo ao longo de um século. Visite seu blog: em http://cdarmangeat.blogspot.fr

Table of Contents

MARXISMO, ANTROPOLOGIA E SUBORDINAÇÃO DA MULHER
INTRODUÇÃO
O MARXISMO, A ANTROPOLOGIA E O FEMINISMO
- Morgan e a sociedade arcaica
- Um matriarcado primitivo?
- Novas Descobertas, Novas Polêmicas
- A coleta dos fatos
- Os caçadores-coletores nômades
  - 1. Os Inuits
  - 2. Os Selk'Nam (ou Ona)
  - 3. Austrália
- Agricultores e criadores de animais
- Uma dominação masculina universal?

A DIVISÃO SEXUAL DA SOCIEDADE
- Qual "igualdade entre os sexos" ?
- A divisão sexual do trabalho
- A fonte do poder masculino
- A economia, contrapoder feminino

O PASSADO, O PRESENTE E O FUTURO
- O papel revolucionário do capitalismo...
- ... E a necessidade de derrubá-lo

REFERÊNCIAS
Sobre o autor